



NO BRASIL DE BOLSONARO, TODO DIA É 1º DE ABRIL

O presidente Jair Bolsonaro parece acreditar que uma mentira, tantas vezes repetida, pode se transformar em verdade. Ao longo de um ano de pandemia, ele vem reiterando essa prática sob a forma de ataques ao isolamento social e da defesa de medicamentos sem eficácia comprovada contra a covid-19, como a hidroxicloroquina. Neste 1º de abril, selecionamos algumas dessas mentiras e mostramos como elas fazem mal ao país. Em entrevista ao **Jornal da AdUFRJ**, o historiador Francisco Carlos Teixeira, professor da UFRJ, fala sobre outras facetas do presidente, como a de gerar crises em série — a mais recente foi com os militares, esta semana — e a de alimentar anseios golpistas. A eclosão de mais uma crise no governo Bolsonaro e a expansão da pandemia coincidem com uma semana delicada na UFRJ, com a discussão do novo calendário acadêmico no Conselho de Ensino de Graduação. A AdUFRJ quer a ampliação do recesso de junho.

Páginas 5, 7 e 8

EDITORIAL

HUMOR GOLPISTA

DIRETORIA

Nesta semana em que o golpe militar faz 57 anos tivemos, possivelmente, a maior contorção do governo federal. Além da saída do patético ministro das Relações Exteriores, tivemos a demissão do general Fernando Azevedo e Silva, ministro da Defesa, com um consequente rearranjo de nada menos do que seis pastas. A queda do general Azevedo, considerado mais independente, em data tão simbólica, preocupou muitos observadores e levou a algumas opiniões de que estaríamos numa escalada golpista. Será?

Bom, dado o caráter escancaradamente autoritário de Bolsonaro e seu núcleo mais próximo, tal expectativa é certamente justificada. Recentemente, o próprio presidente se manifestou a cadetes dizendo “se tudo tivesse que depender de mim, não seria esse o regime que nós estaríamos vivendo”, ou seja, se ele tivesse força para dar um golpe, ele fatalmente o daria. Entretanto, o que parece mais claro agora no final da semana é que Bolsonaro está na defensiva. Além do sacrifício de Ernesto Araújo, a queda de Azevedo levou uma deputada do Centrão – Flávia Arruda – à Secretaria de Governo, e a substituição dos comandantes das Forças Armadas acabou seguindo critérios mais ligados às próprias FFAA do que de proximidade ao círculo bolsonarista. Isso não quer dizer, claro, que Bolsonaro esteja fraco. Ele continua com uma espantosa popularidade, apesar de estarmos chegando às quatro mil mortes diárias na fase mais aguda da pandemia (até aqui). E se isso não for capaz de derrubar a sua aprovação, é razoável imaginar que nada será. Mas a sua política da morte está o isolando cada vez mais com seus apoiadores mais radicais, e isso

PROFESSORES DEVEM FICAR ATENTOS AOS CONTRACHEQUES

KELVIN MELO
kelvini@adufrrj.org.br

Os professores que estão em trabalho remoto devem ficar atentos a mudanças no contracheque. A Pró-Reitoria de Pessoal (PR-4) informou que os descontos de auxílio-transporte e adicionais ocupacionais não foram realizados na folha de março em função de um erro na transmissão do arquivo relativo à frequência. O acerto dos valores será feito no próximo pagamento.

Uma instrução normativa

do governo cortou os auxílios e adicionais ocupacionais para todos os servidores federais que estão realizando as tarefas de casa, durante a pandemia.

Nos contracheques da UFRJ, isso se expressa da seguinte forma: uma linha contém a identificação e o valor que seria recebido em condições normais; outra linha contém o mesmo valor, mas cortado. Na próxima folha, haverá um desconto duplo para compensar o ganho deste mês. A situação também atinge aqueles que estão enquadrados sob o código de dispensa do trabalho (DT).

Superintendente administrativa da PR-4, Maria Tereza Ramos não tem o número de quantos servidores sofrerão o duplo desconto no mês que vem, mas que seria a “maioria de docentes e técnicos”. Os valores são variáveis. “Os adicionais dependem do vencimento básico e do grau do adicional (mínimo, médio ou máximo) e o auxílio-transporte depende do local da residência”, diz. A superintendente acrescentou que não haverá prejuízos em termos de imposto de renda. “Auxílio-transporte não é tributável e o desconto do adicional é abatido

da base de cálculo do IR”.

Assessora jurídica da AdUFRJ, Ana Luísa Palmisciano ressaltou que há uma ação conjunta com o Sintufrrj para impedir o corte dos auxílios e adicionais ocupacionais durante a pandemia. O processo tramita no Tribunal Regional Federal, mas não há previsão de data para o julgamento. Enquanto isso não ocorre, a restituição informada pela PR-4 é amparada pela lei. “Os professores podem procurar o plantão remoto jurídico da AdUFRJ, se tiverem dúvidas”, afirmou a advogada.



faz com que um golpe aberto permaneça além de seus horizontes

Passando da política nacional para a universidade pública, tivemos – aí sim – um *coup accompli*: o reitor eleito da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Ricardo Berbara, foi preterido pelo governo federal na lista tripartite e não irá tomar posse. Com isso, temos quase duas dezenas de universidades que não tiveram suas escolhas para reitor respeitadas, algo absolutamente sem precedentes. Ademais, o governo nem defende mais suas escolhas, mesmo que baseadas em argumentos alheios à democracia: o objetivo é simplesmente causar confusão e comprometer o bom funcionamento das universidades. Não que precisemos de mais provas de que a atual administração federal é franca inimiga da educação pública, gratuita e de qualidade; mas, aparentemente, o estoque de maldades é infindável.

OBITUÁRIO



O ADEUS PARA
LUCIANO MENEZES

■ A diretoria da AdUFRJ expressa seu pesar pelo falecimento do professor Luciano Menezes, da Escola Politécnica. Luciano foi vice-presidente do sindicato na gestão 2003-2005. “Muito obrigado pelo muito que fez pela UFRJ, pela AdUFRJ, pela educação e pela ciência do país”, escreveu o presidente da SBPC, professor Ildeu Moreira, nas redes sociais. “Era um militante 24 horas da AdUFRJ. Não tinha vaidades. Era do Comando de greve, colava cartazes, fazia e carregava faixas. Era o primeiro a falar nas Assembleias. Sempre alegre, amigo e muito guerreiro nas suas defesas”, observou o professor Helio de Mattos Alves, da Faculdade de Farmácia.

MORRE EX-DIRETOR DO IMPG

■ A reitoria da UFRJ divulgou nota sobre o falecimento do professor Fernando Steele da Cruz, ex-diretor do Instituto de Microbiologia Paulo de Góes (IMPG/UFRJ). Ele lutava contra o câncer. Fernando tinha larga experiência na área de Farmacologia, com destaque em Etnofarmacologia. Entre os diversos prêmios recebidos estão a Medalha Oswaldo Cruz e o Prêmio Getúlio Vargas. “Lamentamos profundamente esta perda à ciência brasileira e transmitimos força aos familiares e amigos neste momento de intensa consternação”, diz um trecho da nota.

PERDA NA ARQUEOLOGIA

■ Faleceu, no dia 31, o egipetólogo Antonio Brancaglioni Junior. Era professor do Museu Nacional desde 2002. Sua morte é uma grande perda para a arqueologia brasileira. Durante a carreira no Museu Nacional, atuou na preservação, na pesquisa e no resgate da história de múmias e diversos outros itens que fazem parte da coleção.

Monarquistas querem tirar Museu da UFRJ

SILVANA SÁ
silvana@adufrrj.org.br

Olav Antonio Schrader, monarquista aliado do governo Bolsonaro, seria o idealizador do projeto de tornar o Museu Nacional uma instituição desvinculada da UFRJ e de exclusiva memória da família

> Grupos saudosos do período imperial brasileiro têm plano de tornar o Palácio da Quinta da Boa Vista um museu dedicado exclusivamente à família imperial. Diretor classifica ideia como “natimorta”

dos possíveis articuladores do projeto, ele foi categórico: “Não acredito que o ministério esteja envolvido nisso”.

Um dos aspectos curiosos de todo esse enredo é justamente a negação dos monarquistas da própria história. “A instituição sempre foi um museu de história natural. Dom Pedro II investiu muito nas peças coletadas, inclusive pela própria impera-

estruturas que, certamente, rejeitariam a proposta obscura”. A reitoria ainda chama a intenção de “ato descabido” e “tirânico”.

No dia seguinte, foi a vez de as sociedades científicas se pronunciarem. O Fórum de Entidades em Defesa do Patrimônio Cultural Brasileiro publicou uma nota em que reafirma o caráter científico do Museu e apoia sua reconstrução. O

imperial. Ele comanda, desde julho do ano passado, a superintendência do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) no Rio de Janeiro. O plano de transformação da instituição veio à tona na última semana, pela imprensa. O **Jornal da AdUFRJ** conseguiu mais detalhes sobre o caso.

Ainda em 2018, antes do incêndio que devastou o palácio, Schrader esteve no Museu para expor seu projeto. Ao insistir na ideia de tornar o espaço exclusivo de homenagens ao período imperial, ele teria ouvido que o Museu Nacional jamais deixaria de ser uma instituição de ensino, pesquisa e extensão e o mais importante museu de história natural do país.

Pouco mais de um ano depois do início do governo Bolsonaro, o magoado Schrader foi içado pela ala ideológica ao cargo no Iphan e passou a ser interlocutor direto da UFRJ em tudo o que se refere aos prédios tomados da universidade, inclusive o Museu Nacional. A escolha, à época, gerou reação de setores de arquitetura e de defesa do patrimônio histórico, já que o superintendente não é formado na área. Ele é graduado em relações internacionais, com experiência na administração de imóveis no bairro de São Cristóvão. Suas principais “qualificações”, para o governo, são o fato de ser monarquista e seguidor de Olavo de Carvalho.

Para o diretor do Museu Nacional, professor Alexander Kellner, a proposta monarquista não é viável. “Só quem pode tirar o palácio da UFRJ é a própria UFRJ. O Executivo não tem poder para fazer isso na canetada. Então, a ideia é natimorta”, disse. “Mas ela causa apreensão, sobretudo porque, segundo as matérias, o Iphan do Rio de Janeiro encampou. E aí é que nós ficamos preocupados, porque eles são nossos fiscais”, completou.

O Ministério da Educação também estaria envolvido nessa articulação. A pasta chegou a

pedir esclarecimentos à universidade, este ano, depois de um boato chegar à Esplanada. A ala ideológica teria ventilado que a UFRJ construiria um shopping center, no prédio histórico da Quinta, em homenagem à vereadora Marielle Franco. O objetivo da fake news seria enfraquecer politicamente o projeto de reconstrução do Museu Nacional e abrir espaço para uma investida mais agressiva dos monarquistas.

Procurado, o MEC afirmou que “desconhece qualquer tentativa no intuito de transformar o Museu Nacional da UFRJ em um palácio”. Sobre a possibilidade de a universidade perder o patrimônio, o ministério reiterou “o respeito à autonomia didática, científica e administrativa prevista na Constituição Federal”. A pasta não respondeu se tomou conhecimento da suposta criação do shopping.

O professor Kellner se declarou surpreso com toda a história. “Apresentamos por várias vezes o projeto que temos para o Museu Nacional e nunca recebemos nenhuma informação deste tipo”, disse. Sobre a possibilidade de o MEC ser um



“Só quem pode tirar o palácio da UFRJ é a própria UFRJ. O Executivo não tem poder para fazer isso na canetada”

ALEXANDER KELLNER
Diretor do Museu Nacional

triz Leopoldina. Tinham artefatos do Egito, como múmias tanto de Dom Pedro I quanto de Dom Pedro II”, lembrou o diretor.

Kellner também se ressentiu da quebra de relações entre o Museu e o Iphan. “Eu tenho total respeito pelo Iphan. Assim que iniciei minha gestão no Museu, foi um dos primeiros órgãos que eu procurei. Sempre tivemos uma relação de parceria. O problema é que, com essas mudanças governamentais, mudou-se muito a estrutura do órgão”, avaliou. “O que queremos é a parceria que tivemos até meados de 2020”, concluiu.

REAÇÃO IMEDIATA

Assim que a trama foi desvelada, a comunidade científica reagiu. A primeira a se posicionar foi a reitoria da UFRJ. Em nota, a administração central afirmou que repudia “quaisquer movimentos que tentem alterar o papel e a configuração do mais antigo instituto científico do Brasil”. A nota prossegue: “Qualquer deliberação patrimonial demandaria aprovação colegiada em diversas instâncias superiores da Universidade,

documento é assinado por 25 associações e grupos, dentre os quais a Sociedade de Arqueologia Brasileira, o Instituto de Arquitetos do Brasil e a Associação Brasileira de Antropologia. Os presidentes das academias brasileiras de Ciências e de Letras, Luiz Davidovich e Marco Lucchesi, enviaram carta ao ministro Milton Ribeiro, da Educação. O texto chama de “articulações descabidas” as ações contra o Museu Nacional.

Pró-reitora de Extensão, a professora Ivana Bentes se manifestou em suas redes sociais. “Transformar o Museu Nacional em um ‘Palácio Imperial’ destituído de sua função científica e de formação é um delírio da ala bolsonarista mais obscurantista e das viúvas da monarquia”, escreveu. “O Museu Nacional é um patrimônio da ciência e da memória. Não é um espólio a ser disputado como troféu de fascistas e monarquistas”.

O Iphan não retornou as tentativas de contato da AdUFRJ. A Secretaria Especial de Cultura do Ministério do Turismo, também citada pela imprensa, não nos respondeu até o fechamento desta edição.



PROJETO DE RECONSTRUÇÃO do Museu Nacional: patrimônio da universidade, da Ciência e da Cultura do Brasil

Teto de gastos impede orçamento responsável

KELVIN MELO
kelvin@adufrrj.org.br

“O teto de gastos está impondo uma restrição artificial à atuação do Estado em um momento que a gente precisa muito da atuação do Estado. Seja para o enfrentamento da

> Em meio à maior crise sanitária da história, o país chega ao quarto mês de 2021 sem orçamento sancionado. Disputas entre o Executivo e o Legislativo e falhas técnicas emperram a conclusão do processo. Professores de Economia da UFRJ explicam que nenhuma solução razoável será encontrada com a permanência do dispositivo constitucional que limita os gastos públicos

pandemia, seja para, posteriormente, retomar o crescimento econômico”, defende a professora Esther Dweck, do Instituto de Economia. “O orçamento já estava ruim quando o governo enviou a proposta. O Congresso cortou mais ainda e pode piorar, quando o governo precisar recompor as despesas obrigatórias, sem revisar o teto de gastos”.

A docente teme a paralisação da máquina pública. Sem revisão do teto, o impacto seria nas despesas discricionárias: investimentos, algumas políticas que não são protegidas por regras constitucionais e gastos de manutenção. “Que já estão em um volume extremamente baixo, em torno de R\$ 92 bilhões. Como precisaria de um corte de R\$ 32 bilhões, isso daria em torno de R\$ 60 bilhões. O que é quase um quarto do que já foi há 10 anos. Paralisaria o setor público”, observa.

As trapalhadas do governo também não ajudam a desatar este nó. Em dezembro, por exemplo, o governo alterou o valor do salário mínimo, de R\$ 1.045 para R\$ 1.100. E não avisou formalmente à Comissão Mista do Orçamento, seguindo a professora. A falha técnica impactou o orçamen-



“O orçamento já estava ruim quando o governo enviou a proposta. O Congresso cortou mais ainda e pode piorar, quando o governo precisar recompor as despesas obrigatórias, sem revisar o teto de gastos”

ESTHER DWECK
Professora do Instituto de Economia

to em mais R\$ 10 bilhões. **TETO FURADO** Também do Instituto de Economia, o professor Carlos Pinkusfeld faz duras críticas ao teto de gastos. “O ‘pecado original’ da ineficiência orçamentária está nas próprias regras que engessam o gasto público e, especificamente, o teto de gastos”, afirma. “Essa regra é única no mundo e, dada sua irracionalidade econômica, o orçamento já está condenado a ser entre irrealista e irresponsável desde o seu momento de montagem”, completa. O professor argumenta que não faz sentido engessar o valor real do gasto numa economia na qual a população cresce, com carências de serviços e bens públicos ainda enormes. Carlos Pinkusfeld alerta: o orçamento está, cada vez mais, perdendo o papel de orientador do gasto público e se transformando numa peça de ficção, sujeito a “gambiarra” negociadas com o Congresso. “Exacerba as negociações de balcão no Congresso que podem se tornar nocivas para o bom e socialmente justo funcionamento da máquina pública”.

E não faltam soluções. Por exemplo, gastar em programas como transferências para pes-

soas de baixa ou sem renda e taxar os maiores rendimentos. “Em resumo, há inúmeras estratégias, aceitas e até propagadas por órgão de perfil convencional, conservador ou ortodoxo, que seriam muito mais eficientes que essa absurda política de teto dos gastos”, critica.

O economista diz que o teto provavelmente será furado. E que isso já ocorreu no ano passado, depois da declaração de calamidade pública. “Graças ao auxílio emergencial, o país atravessou um momento da pandemia com algum grau de ordem social, garantindo a subsistência de parte da nossa população mais carente. E, contra as análises divulgadas dia e noite na mídia, todos os cenários do dia do juízo final não se confirmaram. Os juros não estouraram nem a inflação. Ou seja, o que ocorreu com o desrespeito ao teto em 2020 teria sido um ótimo exemplo didático para acabar de vez com esse espantoso irracional”, diz o docente. Que acrescenta um dado para comprovar a inutilidade do dispositivo: em termos de crescimento acumulado de 2015 até 2019, entre 194 países da base de dados do FMI, o Brasil ocupa a posição 188, “tendo atrás de nós países em guerra externa ou civil”.

soas de baixa ou sem renda e taxar os maiores rendimentos. “Em resumo, há inúmeras estratégias, aceitas e até propagadas por órgão de perfil convencional, conservador ou ortodoxo, que seriam muito mais eficientes que essa absurda política de teto dos gastos”, critica.

soas de baixa ou sem renda e taxar os maiores rendimentos. “Em resumo, há inúmeras estratégias, aceitas e até propagadas por órgão de perfil convencional, conservador ou ortodoxo, que seriam muito mais eficientes que essa absurda política de teto dos gastos”, critica.

Vice-reitor da UFRJ e professor do Instituto de Economia, Carlos Frederico Leão Rocha já antecipava a atual situação há bastante tempo. Quando diretor da AdUFRJ na gestão 2015-2017, a entidade fez parte da campanha contra a então “PEC do Fim do Mundo”, como foi apelidada a proposta de emenda constitucional do teto de gastos. “A gente tinha uma previsão de que

os gastos obrigatórios não iam caber no orçamento”, diz. “O governo federal, nos últimos anos, realizou algumas reformas para ver se conseguia, no curto prazo, a redução de gastos obrigatórios do orçamento. Era para retardar a chegada ao limite do teto de gastos”.

Não deu certo. Como não pode aumentar o gasto em relação ao teto, o governo reduz o custo da máquina pública. “Você não consegue administrar e não consegue fazer uma peça orçamentária que faça sentido”, afirma o dirigente. “Podemos adotar outras regras fiscais que não comprometam tanto a oferta de serviços públicos nem o manuseio do orçamento”.

REITORES PERPLEXOS

Reitora da UFRJ, a professora Denise Pires de Carvalho informou que, durante uma reunião da Diretoria Nacional da Andifes nos últimos dias, os reitores estavam “perplexos” com a tramitação do orçamento no Congresso. “Continuaremos atuando junto ao Congresso Nacional”, disse. O objetivo é, pelo menos, conseguir recursos no mesmo patamar de 2020. Em relação ao ano passado, o orçamento discricionário da UFRJ caiu R\$ 64 milhões.

é autor da emenda de maior valor: R\$ 1,4 milhão para a Maternidade-Escola. Já Paulo Ganime, do Novo, foi quem mais destinou recursos para a instituição (R\$ 3,3 milhões, em nove emendas), seguido por Jandira Feghali, do PCdoB (R\$ 2,6 milhões, em sete emendas), e Alessandro Molon, do PSB (R\$ 2,5 milhões, em três emendas).

Há dinheiro previsto para obras, como a construção do bandeirão do campus Macaé (R\$ 500 mil, da emenda de Marcelo Freixo, do PSOL) e

a reforma da Biblioteca Central do Centro de Ciências da Saúde (R\$ 500 mil, de Glauber Braga, também do PSOL). Atividades acadêmicas e ações de enfrentamento à pandemia são outros destaques: Paulo Ganime destinou R\$ 530 mil para a estruturação do Centro do PSB (R\$ 2,5 milhões, em três emendas).

UFRJ: EMENDAS SOMAM R\$ 15,6 MILHÕES, MAS NÃO HÁ AUTONOMIA

KELVIN MELO
kelvin@adufrrj.org.br

No orçamento aprovado pelo Congresso, a UFRJ foi contemplada com 32 emendas parlamentares individuais, que somam R\$ 15,6 milhões. As receitas, porém, não vão ajudar a pagar as contas da universidade. “Não podem ser aplicadas para despesas em geral. Têm uma finalidade específica”, explicou George Pereira, superintendente da Pró-reitoria de Planejamento e Finanças.

E isso se chegarem até os cofres da UFRJ. As verbas ainda não estão garantidas, pois a lei depende da sanção presidencial e, além disso, as emendas individuais podem sofrer alterações. O total também decepcionou. “A conquista das emendas foi muito modesta pelo tamanho da UFRJ, a maior federal do país. Merecemos um pouco mais de atenção, não só pelo tamanho, mas pela entrega da universidade à sociedade”, disse o professor Edmilson Migowski, que assessora a reitoria nesta área.

APOIO DIVERSIFICADO

Apesar de todos os obstáculos, a universidade recebeu o apoio de 12 deputados de diferentes partidos. Lourival Gomes (PSL)

AdUFRJ quer intervalo maior entre 2020 e 2021

LUCAS ABREU
lucas@adufrrj.org.br

A pandemia aumenta, a tensão se multiplica e o ensino remoto não dá trégua. O semestre mal começou e o clima já é de exaustão na UFRJ. Em maior ou menor grau, conforme a unidade. É uma fadiga acumulada e

> Professores, estudantes e técnicos estão exaustos. Sindicato defende um recesso maior que as duas semanas previstas em junho. No último CEG, PR-1 apresentou proposta para a sequência do calendário

de dezembro e 2 de janeiro de 2022) e intervalo maior entre o segundo semestre de 2021 e 2022 (de 26 de fevereiro a 5 de abril). O documento será apreciado na próxima sessão do colegiado.

CANSAÇO É A TÔNICA

“Para todo mundo, está sendo muito cansativo”, contou o professor Antônio Carlos Jucá, diretor do Instituto de História. “Os

mental para preservar a saúde dos professores e técnicos, mas outras melhorias podem ser feitas. “Precisamos que as coisas sejam mais automatizadas no SIGA”, resume. De acordo com o professor, a Faculdade de Letras tem 4.300 alunos, quase 10% de todos os alunos de graduação da UFRJ, e apenas seis funcionários na seção de ensino e secretaria acadêmica.

Em outros cursos o cansaço é menor, mas ainda assim o recesso pequeno cria dificuldades. “Nós da coordenação estamos muito apertados com os prazos. O calendário ficou muito apertado em termos administrativos”, contou Carolina Pizoeiro, coordenadora de Graduação da Faculdade Nacional de Direito. “Estamos nos desdobrando para acertar o calendário, entendendo que estamos em

potencializada pelos diminutos intervalos de recesso desde o começo do PLE em agosto. Mas o pior ainda está por vir. O segundo período de 2020 termina em junho e o calendário prevê apenas duas semanas de pausa antes do início do 2021.1. Diante de tão pouco tempo de descanso, a AdUFRJ pede uma revisão imediata das datas.

“É preciso ampliar o intervalo entre os anos letivos de 2020 e 2021”, propõe a presidente da AdUFRJ, professora Eleonora Ziller. “Ao minguar todos os argumentos, que nos reste ao menos a compaixão, a solidariedade e a empatia num momento de tanto sofrimento que o agravamento da pandemia tem trazido para todos nós. São muitas e pesadas perdas, precisamos respirar”.

Em nota publicada (leia a íntegra abaixo) na última terça-feira, 30, a diretoria da AdUFRJ relata os múltiplos problemas enfrentados pela comunidade acadêmica nos semestres remotos anteriores. E defende ainda uma decisão rápida do Consuni para impedir o prolongamento da discussão por vários meses, como ocorreu em 2020. O tema será debatido também na próxima reunião do Conselho de Reitores do sindicato, dia 7.

A diretoria lembra que o sindicato apresentou – e perdeu – proposta de ampliação do recesso para três semanas entre os períodos remotos. “Afirmamos, na ocasião, que duas semanas seriam insuficientes para lançar notas, avaliar a experiência remota, preparar os cursos do próximo semestre e ainda exercer o direito a um descanso mínimo”, diz trecho da nota, escrita na terça-feira, um dia antes da última reunião do Conselho de Ensino e Graduação.

No CEG, a pró-reitora de Graduação, professora Gisele Pires, afirmou que a ideia inicial da reitoria é manter os mesmos 15 dias de pausa entre os períodos

2020.2 e 2021.1, mas defendeu um recesso de 30 dias antes de 2021.2. Ela disse que medida está sendo preparada e vai ser discutida no CEG na semana que vem. “Não tínhamos conhecimento do calendário proposto pela PR-1 quando escrevemos a nossa nota, mas ela insiste numa solução que sobrecarrega docentes e técnicos em junho. Precisamos de um alívio, estamos exaustos”.

O “alívio” no calendário, segundo a proposta da PR-1, só aconteceria nos recessos seguintes. Seriam 30 dias de intervalo entre o primeiro e o segundo semestre de 2021 (de 9 de outubro a 8 de novembro), um curto recesso de fim de ano (entre 24

semestres ficam muito próximos. Não dá tempo de descansar, não dá para tirar férias. No final do semestre, o professor precisa corrigir as provas e trabalhos, lançar as notas e já está na hora de começar outro semestre”, explicou. O diretor ainda mencionou que o curto espaço entre os períodos gera uma sobrecarga do Sistema Integrado de Gestão Acadêmica (SIGA). “As 12 semanas de aula são poucas, mas o que está afetando mais os professores é o espaço muito curto de 15 dias, que não dá nem para chamar de recesso”, defendeu Jucá.

O esgotamento físico e mental também causa grande preocupação ao diretor adjunto de Ensino e Graduação da Faculdade de Letras, professor Humberto Soares. “A preparação administrativa do semestre sobrecarregou todo mundo. Precisamos pedir ajuda para funcionários de fora da Faculdade de Letras para fazer inscrição de calouros, regularização de inscrição, abertura de turmas”, contou o professor. “Sempre é muito corrido, mas com duas semanas entre os semestres é quase impossível. No meu entendimento, estamos no limite”, relatou.

Para Humberto, o aumento do período de recesso é funda-

um período excepcional”, disse. “Trabalhamos para evitar perder vagas do Sisu 2021”. A professora explicou que, no Direito, o período 2020.1 foi tranquilo por conta da alta participação de professores e alunos no PLE. “A FND teve adesão de 100% dos professores e 95% dos alunos no PLE”, contou. “Em 2020.1 tivemos turmas bem menores”. O ensino remoto também facilitou a oferta de atividades extras no planejamento das aulas, o que compensou o tempo mais curto de aulas. Ela avalia que o período 2020.2 também deve ser um pouco mais fácil na FND. “Muitos professores gravaram as aulas no PLE, então as coisas devem ser mais tranquilas agora”.

PR-1 DEFENDE CALENDÁRIO

Oferecer vagas no Sisu 2021 era uma das preocupações da Pró-Reitoria de Graduação durante a discussão do calendário. Segundo o superintendente geral da PR-1, professor Marcelo de Pádua, o resultado foi positivo neste aspecto. “O calendário permitiu atender, simultaneamente, ao retorno das atividades didáticas e à adesão ao Sisu ofertando 100% das vagas”, disse o superintendente. “A UFRJ vai oferecer 9.280 vagas”.

NOTA DA ADUFRJ SOBRE O CALENDÁRIO ACADÊMICO

A diretoria da AdUFRJ vem conduzindo a entidade em meio aos desafios impostos pela pandemia da covid-19. Reconhecida em março de 2020 pela OMS, a pandemia impôs à universidade uma mudança radical na sua forma de organização e efetivação da sua missão, com a adoção da modalidade remota para o ensino, pesquisa, extensão, e para todas e todos os docentes da UFRJ, com suas mais variadas demandas e necessidades. Foi com esse espírito que nos posicionamos ainda em 2020 sobre o calendário acadêmico universitário e apresentamos um recurso ao Consuni no dia 8 de outubro, propondo

mocracia, assim como da educação e do conhecimento produzido pela universidade pública brasileira. Ao mesmo tempo, buscamos fortalecer a nossa organização sindical como um escudo e um lugar de acolhimento para todas e todos os docentes da UFRJ, com suas mais variadas demandas e necessidades. Foi com esse espírito que nos posicionamos ainda em 2020 sobre o calendário acadêmico universitário e apresentamos um recurso ao Consuni no dia 8 de outubro, propondo

ampliar o recesso entre os períodos de 2020 de duas para três semanas, amparado em parecer de nosso serviço jurídico. Afirmamos, na ocasião, que duas semanas seriam insuficientes para lançar notas, avaliar a experiência remota, preparar os cursos do próximo semestre e ainda exercer o direito a um descanso mínimo. De fato, não foram poucos os problemas que tivemos nos dois semestres: em muitas unidades as/os docentes não sabiam sequer quais eram suas

turmas. A sobreposição com a Jornada de Iniciação Científica no começo de 2020.2 agravou a situação, pressionando ainda mais a nossa categoria. E, mais grave do que todos os problemas acadêmicos e burocráticos, tivemos o violento agravamento da crise sanitária, que vem nos impondo pesadas perdas individuais e coletivas. Na semana passada, o problema já foi tema em congregações e grupos de professores se movimentam para fazer valer suas propostas. Precisamos de

uma resposta imediata, por isso entendemos que essa discussão deve ir direto ao Consuni: é mister evitar que a deliberação se arraste por meses (como ocorreu em 2020), o que só vai aumentar os desgastes internos e a ansiedade sobre como será o nosso ano acadêmico de 2021. Além disso, não se trata mais de mera questão relativa ao ensino, mas de um tema que envolve toda a comunidade em suas múltiplas dimensões. No dia 7 de abril, em nossa reunião mensal do Conselho de Representantes, o assunto estará em pauta para que possamos discutir uma estratégia comum, que nos unifique e fortaleça.

Reitor eleito não é nomeado na Rural

ELISA MONTEIRO E SILVANA SÁ
comunica@adufrrj.org.br

A Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) é o mais novo alvo do governo federal. Na quarta-feira (31), Bolsonaro nomeou o terceiro colocado na lista tríplice da instituição. O professor Roberto de

> **Bolsonaro intervém novamente na autonomia universitária e escolhe terceiro da lista tríplice**

ser usada contra nós”, avaliou.

César Augusto da Ros pediu solidariedade ao reitor legitimamente eleito e ao reitor nomeado. “O projeto de gestão foi apreciado e aprovado pela maioria da comunidade universitária. E a partir dele foi montada a lista tríplice. O professor Barbara vai compor conosco a gestão”, garantiu. “O funcionamento da universidade

à autonomia da instituição. Por isso, vão continuar em campanha para que Barbara assuma a reitoria. Até lá, exigem que o docente participe da nova gestão. “Quem tem direito de escolher o reitor é a comunidade universitária”, justificou Ivanilda Reis, diretora do Sintur (sindicato dos técnicos). “Essa política que Bolsonaro adota, a gente rejeita”, diz ela. Para Rodrigo Sousa, do DCE, a autonomia foi desrespeitada. “Bolsonaro quer apenas colocar sua vontade acima de qualquer outra. Apesar de o terceiro colocado fazer parte do mesmo grupo político, devemos seguir na luta pelo direito de ter o reitor que nós elegemos”.

CENÁRIO ERA PREVISTO

Na segunda-feira (29), os professores, técnicos e estudantes fizeram uma primeira reunião

inviabilizar a universidade”, avalia o vice-presidente Felipe Rosa. “Tenho certeza de que nossos colegas rurais sabem lidar com esse desmando e manter a UFRRJ na sua missão universitária, que é justamente o que este sujeito mesquinho, que alguns chamam de presidente, quer evitar”, acrescentou.

A Rural realizou Consulta Pública Virtual sobre a gestão 2021-2025 nos dias 24, 25 e 26 de novembro. O então reitor, professor Ricardo Barbara, ficou em primeiro lugar com 3.993 votos. O docente do Instituto de Economia, José Antônio Veiga, ficou em segundo, com 3.182 votos, e reconheceu a vitória do concorrente. A lista, então, foi montada com integrantes da chapa vencedora.



INTERVENTÔMETRO

(1) **SOFRERAM INTERVENÇÃO:**
Nomeado o 2º colocado:
UFES – UFTM – IFSC – UFPI – Ufpe – UFSCAR

Nomeado o 3º colocado:
Unifessa – UNIFEI – UFRGS – UFFS – UFRB – UFC – UFRSA – UFVJM – UFPB – UFRJ – UFCC

Nomeado não participou do processo:
UNIVASF – UFGD

(2) **CASOS SINGULARES:**
UNIRIO – UFS – nomeados não participaram da consulta, mas venceram no Colégio Eleitoral

(2) **ELEIÇÃO EM ANDAMENTO:**
UFAM – IF Sul (RS)

(3) **AGUARDAM DECISÃO DO PRESIDENTE:** IFSP, IF Sudeste de MG, IFMT

Souza Rodrigues era pró-reitor de Planejamento do reitor Ricardo Barbara, que foi reeleito pela comunidade acadêmica. O primeiro mandato de Barbara expirou na sexta-feira, dia 26. “Desde sábado ficamos com a reitoria vaga. Ontem (terça, 30), o Conselho Universitário designou um reitor interino. Hoje, a situação já mudou completamente”, lamentou a professora Marina Cordeiro, diretora da Adur, seção sindical dos professores da Rural. A lista tríplice foi enviada ao governo em dezembro.

O reitor Ricardo Barbara sinalizou que a administração central seguirá resignada e o nomeado tomará posse. “O pro-

fessor Roberto é a pessoa que nos dará a tranquilidade institucional para seguir nossos projetos pelos próximos quatro anos”, afirmou. O reitor justificou seu posicionamento. Para ele, inicialmente, bastaria o segundo e o terceiro colocados da lista renunciarem ao cargo, para que o governo federal fosse obrigado a nomeá-lo. “Mas fomos alertados para o risco de o Executivo nos impor uma nova lista. Além disso, poderia recair sobre César (Cesar Augusto da Ros, o segundo colocado) e Roberto o crime de prevaricação. Quando a gente envia a lista para o governo, aceita que qualquer um dos nomes seja acatado. Esta legislação pode

não estará comprometido e a luta não estará excluída. A luta passa, também, pela revisão da lei da lista tríplice”, afirmou.

Roberto de Souza Rodrigues, o reitor nomeado, pediu compreensão da comunidade acadêmica “para que a universidade consiga passar por este momento de adversidade, mas também de bastant aprendizado”, ponderou. “Neste momento, nosso posicionamento foi ‘chapa eleita, chapa empossada’”.

No mesmo dia da nomeação, uma plenária virtual reuniu 390 pessoas da universidade. Os participantes entenderam que o reitor nomeado não é um interventor, mas que a ação do governo representa um ataque

para debater estratégias para garantir a autonomia universitária. Além de uma frente jurídica, os movimentos da universidade vão se inserir na campanha nacional “Reitor eleito, reitor empossado”, que reúne Andes, Fasuba e instituições que sofreram intervenção. “Desde o início, o governo Bolsonaro não está nomeando o primeiro nome da lista ou simplesmente coloca um interventor”, argumentou o professor Marcelo Fernandes, diretor da Adur.

A Adufrrj acompanha a mobilização. “Mais uma vez o governo Bolsonaro apronta das suas e ofende mais uma comunidade universitária. O objetivo, todos sabemos, é causar confusão,

ocorrido em outros municípios”, avalia. “A divisão é feita em duas partes em que há, inicialmente, uma triagem e, posteriormente, a aplicação da vacina”, explica. “Isso torna o trabalho mais eficaz já que, enquanto um grupo está colhendo os dados, contraindicações e preenchendo formulários, outro está preparando a dose e aplicando o imunizante na população”, relata.

Cristiane Santos, professora do Departamento Médico Cirúrgico, é voluntária no posto do Sambódromo aos sábados, de 7h às 12h. Para ela, as atividades desenvolvidas vão além da supervisão. “É um trabalho também de educação, porque a gente acaba nesses momentos discutindo conceitos relacionados às boas práticas da vacinação, demonstramos as técnicas. Então os conceitos acabam se envolvendo”, explica. A experiência como voluntária está sendo prazerosa para a docente. “Estou aprendendo muito sobre vacina e amando trabalhar com ele, a vacinação tem ocorrido de modo muito organizado e bem estruturado. O modelo de drive-thru é ótimo para diminuir o fluxo nas Clínicas da Família, tornar a vacinação mais dinâmica e evitar que se formem filas e aglomerações na porta das clínicas, como tem

ADUFRJ PARTICIPA DE DEBATE SOBRE SINDICALISMO

“Sindicato mais forte é sindicato que tenha enraizamento, representatividade e reconhecimento da maioria dos seus professores”, destacou a presidente da AdUFRJ, professora Eleonora Ziller, em seminário virtual organizado pela Associação de Docentes da Universidade de São Paulo (Adusp). No encontro realizado no dia 26, Eleonora fez um histórico do sindicalismo docente na UFRJ e das ações voltadas para o fortalecimento da AdUFRJ. Na abertura do seminário, no dia 25, o professor Eduardo Januário, da Faculdade de Educação da USP, explicou a precarização do trabalho, desde suas origens escravistas até a chegada às universidades públicas. “Estamos vendo o sucateamento da carreira de professor. É uma política de governo, e por isso temos que resistir”, afirmou. O evento será encerrado no dia 8 de abril, às 17h, com o tema “Financiamento e autonomia universitária”. Para acompanhar, acesse: <https://tinyurl.com/paradefenderaUSP>.

VACINAÇÃO AVANÇA NOS POSTOS SOB SUPERVISÃO DA UFRJ

A vacinação nos postos da UFRJ é um sucesso. Essa é a avaliação da diretora da Escola de Enfermagem Anna Nery, Carla Araújo. Supervisora dos cerca de 500 voluntários que atuam nos postos, a professora afirma que após a escassez de vacinas do início do ano, agora há um fluxo melhor de insumos. “O próprio Sambódromo está funcionando de segunda a sábado. Todas as pessoas que foram ao Sambódromo foram atendidas, ninguém ficou para trás. Acho que foi um êxito. Creio que esse processo seja acelerado porque é o que nós queremos, no entendimento mundial para evitar a questão das novas cepas”, diz Carla.

No último sábado (27), foram aplicadas 910 doses no posto do Sambódromo. Entretanto, na Cidade Universitária a realidade é diferente. “Precisamos de uma maior divulgação do Fundão, temos poucas pessoas procurando atendimento lá”, conta Carla. Ela se divide com outros docentes na



supervisão do processo, fornecendo orientações e explicações necessárias para realizar a vacinação de forma correta, adequada e segura para os voluntários e para a população. Os voluntários estão devidamente documentados no pro-

ENTREVISTA | FRANCISCO CARLOS TEIXEIRA, PROFESSOR TITULAR APOSENTADO DE HISTÓRIA MODERNA E CONTEMPORÂNEA DA UFRJ E PROFESSOR EMÉRITO DA ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO (ECEME)

“O ESTILO DO BOLSONARO É O DE GERAR CRISES. ESSE É SEU PROCESSO”

ALEXANDRE MEDEIROS E ANA BEATRIZ MAGNO
comunica@adufrrj.org.br

Professor do Instituto de História da UFRJ, Francisco Carlos Teixeira tem longa convivência com os círculos militares. Foi assessor do Ministério da Defesa e do Gabinete de Segurança Institucional. Generais e almirantes hoje em postos de comando foram seus orientandos de mestrado e doutorado na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército ou seus alunos na Escola Superior de Guerra. Nesta entrevista, ele fala sobre a maior crise militar da história do país, com a demissão do ministro da Defesa e dos comandantes das Forças Armadas, da “fábrica” de crises e do ímpeto autoritário do presidente Jair Bolsonaro.

■ **Jornal da AdUFRJ - A decisão do presidente Jair Bolsonaro de criar essa crise com os militares às vésperas do dia 31 de março foi só uma coincidência?**

● **Francisco Carlos Teixeira** - Não foi uma coincidência. Na verdade, essa crise militar não tem uma causa só. Mas o fato desencadeador foi a pressão de Bolsonaro sobre o ministro Fernando de Azevedo e Silva para que ele “bombasse” uma nota das Forças Armadas, e talvez até promovendo uma parada, um desfile no 31 de março e o Fernando e o Pujol (general Edson Leal Pujol, ex-comandante do Exército) terem se recusado. Essa crise ter se desencadeado no 31 de março é, portanto, muito significativo.

■ **O senhor não acha que, vencendo a queda de braço com os comandantes militares, Bolsonaro poderia ter provocado uma Ordem do Dia mais dura do que a que foi divulgada pelo novo ministro da Defesa, general Walter Braga Netto?**

● A nota não deveria nem existir. Nós deveríamos transformar o 31 de março num dia em honra à democracia, aos mortos e aos desaparecidos. Se é para fazer alguma coisa no dia 31 de março, essa tinha que ser a tônica. Mas sempre houve, por parte dos militares, uma nota celebratória do 31 de março pela visão das Forças Armadas. E essa Ordem do Dia era lida dentro dos quartéis. Eles nunca deixaram de comemorar o 31 de março, nem mesmo nos governos de esquerda, como o de Lula. Mas, em geral, era uma coisa muito discreta. Eles foram se assanhando a partir do governo Temer e, este ano, era para ser algo com muita pompa por causa do Bolsonaro. Mas deu esse chabu. A nota emitida foi muito contida mesmo, e isso deve ter desagradado profundamente o Bolsonaro. Com certeza, ele queria uma coisa glorificadora.

■ **A nota fala até em democracia. Foi uma nota hesitante?**

● Sim, a nota fala que o movimento dependeu da conjuntura, em celebração, em pacificação, entre outras coisas inaceitáveis. Mas, na verdade, a nota mostra uma diferença ou, pelo menos, uma autonomia das Forças Armadas em relação ao que o Bolsonaro pretendia fazer. Daí a irritação muito grande dele, principalmente contra o Pujol. Essa nota passou pelo alto-comando do Exército, é uma nota de consenso. O Braga Netto pegou essa nota praticamente pronta, ele assina porque é o ministro, mas ela vem do alto-comando, que é composto por 17 generais da ativa, sendo 16 generais de Exército, mais o comandante.

■ **Qual a sua visão sobre o general Braga Netto?**

● É um general respeitável do Exército brasileiro. Foi destacado para fazer a intervenção federal no Rio de Janeiro. Mas qual foi o resultado dessa intervenção? Foi durante a intervenção que a vereadora Marielle Franco e seu motorista Anderson Gomes foram assassinados. Qual a prestação de contas que o general Braga Netto deu a respeito da morte da Marielle? Por que ele vai para dentro do palácio presidencial após a eleição de Bolsonaro? Por que, no meio da crise militar mais aguda da Nova República, ele é nomeado ministro da Defesa para controlar essa crise? Por que a Polícia Civil do Rio de Janeiro até hoje não requisitou os dados da inteligência da intervenção do Exército sobre a morte da Marielle. São perguntas que me faço.

■ **Da forma como foi feita, a saída coletiva dos comandantes de Exército, Marinha e Aeronáutica é inédita. O senhor vê paralelo com a demissão, em 1977, do então ministro do Exército, Sylvio Frota, pelo presidente Ernesto Geisel?**

● Algumas pessoas têm feito essa comparação, ou mesmo com a queda do Viegas em 2004 (José Viegas Filho, diplomata e ministro da Defesa no governo Lula em 2003 e 2004). Cada crise tem seu desenrolar. E essa agora é muito original porque ela é provocada pelo presidente da República. É ele que provoca a crise, por isso é inédita. As crises anteriores sempre foram contra os presidentes da República.

■ **Mais uma crise provocada pelo Bolsonaro, não é?**

● Há um historiador inglês, Ian Kershaw (autor de várias obras sobre Adolf Hitler e um dos principais estudiosos do nazismo, do fascismo e das ditaduras), que fala que alguns ditadores só conseguem governar através de crises. É o que ele chama de radicalização cumulativa. Esses ditadores mantêm suas bases coesas de crise em crise. O estilo do Bolsonaro é o de gerar crises. Esse é seu processo. Se ele mantiver um governo minimamente organizado, administrando a pandemia, o desemprego e a fome que volta ao país, ele vai ter que apresentar resultados. Como ele não tem resultados para apresentar, ele governa gerando crises. Nós estamos há vários dias discutindo generais e patentes enquanto a pandemia está matando três mil ou mais pessoas por dia. Isso é vergonhoso.

■ **A crise militar gerada por Bolsonaro**

é também uma crise de autoridade nas Forças Armadas? Não parece que ele está mandando um recado para as baixas patentes retirando comandantes que não lhe agradam em instituições que são marcadas pela hierarquia, criando uma fenda, uma divisão?

● Essa crise favorece Bolsonaro. Não sou daqueles que acham que ele está fraco, acuado ou para cair. Eu acho que isso é projeção do próprio desejo. Ele não enfrentaria as Forças Armadas se ele estivesse fraco. Ele já sabia que o alto-comando não o apoiava mais. Ele não esperou para ver o resultado disso, ele foi lá e atacou. Ele dividiu a alta oficialidade, da qual sempre teve uma desconfiança, das baixas patentes. Afinal de contas, ele foi expulso do Exército como tenente, só foi a capitão por causa da reforma. Ele nunca gostou da alta oficialidade, essa nunca foi a sua turma. Ele falou para baixo, para a turma dele. Ele cravou uma cunha no meio das Forças Armadas.

■ **Além dessa turma de baixas patentes, Bolsonaro tem forte influência também entre policiais federais, civis e militares. Isso não é um risco para quem tem inclinações autoritárias?**

● Bolsonaro continua sendo o mito para cabos, sargentos, soldados. E ele tem fortíssimo apoio nas polícias militares. As PMS têm hoje no Brasil 430 mil homens armados. Isso é muito mais do que o conjunto do Exército, que tem 290 mil homens de tropa, entre os quais 70 mil recrutas. O equipamento efetivo para a luta não é totalmente utilizável, algumas avaliações dão conta de que não temos condições de suportar mais do que algumas horas de combate. As PMS estão muito mais bem equipadas e preparadas para um tipo de combate próprio a um golpe de estado ou um levante, que é o combate de rua. Não é combate de selva, batalha naval, bombardeio aéreo. São 430 mil homens das PMS e 411 mil das guardas municipais. Sendo que das 26 cidades que têm Guarda Municipal, 19 são armadas.

■ **Bolsonaro tentou emplacar esta semana, em regime de urgência, um projeto que lhe dava amplos poderes, inclusive o controle das polícias militares dos estados. Seria como institucionalizar esse “exército” paralelo?**

● Ele já avisou que só perde a eleição em 2022 se houver fraude, à la Trump. Isso é uma ameaça terrível à democracia. E também já disse que, quando terminar o mandato, ele e sua família vão ter que sair do Brasil, porque sabe que vai ser preso.

Essas duas coisas juntas criam um clima extremamente ruim para a democracia. Eu acho que a gente às vezes banaliza a questão do estado de sítio ou de defesa, que para vigorarem devem ser aprovados pelo Congresso. Tenho um bom diálogo com almirantes e generais, muitos deles meus alunos na Eceme. Não acho, nas condições atuais, que militares em comando tenham intenção de apoiar um golpe. Vejo alguns militares da reserva, como o general Heleno (Augusto Heleno, chefe do Gabinete de Segurança Institucional), tramando dentro do Palácio do Planalto. O general Heleno é uma das pessoas mais nefastas da Nova República. Ele era o capitão oficial do gabinete do Sylvio Frota, ele conspirou contra o Geisel, contra a abertura política. Ele conspirava contra generais na ditadura. É um golpista.

■ **Mas se os militares em comando não apoiariam qualquer tentativa de golpe, pode-se dizer o mesmo desse “exército paralelo” de policiais?**

● O grande risco hoje no Brasil é a via boliviana. Corremos o risco de repetir aqui o que ocorreu na Bolívia, como já se esboçou no Ceará e, há poucos dias, na Bahia. Estabelecida a desordem, com a Polícia Militar amotinada, vem o segundo passo: as Forças Armadas são obrigadas a ir para as ruas para o pretenso restabelecimento da ordem. Foi isso que aconteceu na Bolívia, quando milícias e polícias atacaram o Congresso e as instituições de esquerda, e aí o Exército foi para a rua, mas já com o Congresso fechado, com os deputados de esquerda presos ou refugiados no exterior. Se esse cenário se repetisse aqui, no Ceará ou na Bahia, os dois governadores, que são de oposição, já estariam depostos. A história é totalmente indeterminada, não é possível prever se a via boliviana ocorrerá aqui. Mas há o risco.

■ **Como a oposição pode fazer frente a essas ameaças?**

● A gente não tem hoje uma oposição articulada para enfrentar uma situação crítica como essa. Há desde gente achando que o Bolsonaro está fraco e pronto para cair até pessoas que acreditam que ele saiu mais fortalecido dessa crise militar. É muito difícil unir a oposição. O fato de a gente não conseguir reunir um grupo para fazer uma vigília, de máscara, na porta do Ministério da Saúde, é uma vergonha. Estamos sendo massacrados por um genocida sem reação. Parece que estamos vivendo num conto de realismo fantástico.

MENTIROSO



ALEXANDRE MEDEIROS
comunica@adufRJ.org.br

Nos últimos dias, além de criar uma crise militar sem precedentes na história do Brasil, o presidente Jair Bolsonaro exercitou uma de suas mais vistosas habilidades: mentir. Em discurso em cadeia nacional de rádio e TV, no último dia 23, ele afirmou: “Em nenhum momento, o governo deixou de tomar medidas importantes tanto para combater o coronavírus como para combater o caos na economia, que poderia gerar desemprego e fome”. É mentira. Por inépcia ou de forma deliberada, o governo federal deixou de implementar, atrasou ou se opôs a diversas ações de combate à pandemia. Ontem mesmo (31), o presidente voltou a criticar o isolamento social na pandemia. É um mentiroso contumaz.

O negacionismo que o faz crer que vacinas contra a covid-19 podem transformar pessoas em jacarés parece ter se enraizado de tal forma no presidente da República que ele chega a desmentir a si mesmo. Já desafiou que provassem, por exemplo, que ele chamou a covid-19 de “gripezinha”, depois de ter dito exatamente isso em pronunciamento em cadeia nacional de rádio e TV em 24 de março de 2020, o mesmo em que disse que não pegaria a doença por ter histórico de atleta. Pegou.

É tarefa inglória selecionar as mentiras de Bolsonaro em apenas uma página de jornal. Optamos pelas mais recentes. São tantas que deixariam Pinóquio no chinelo. Aliás, se tem um cara de pau nessa história, não é a memorável criação de Geppetto, que, ao longo do tempo, vai se humanizando até virar um menino de verdade. Com Bolsonaro, parece ocorrer justamente o contrário.

“O BRASIL, EM NÚMEROS ABSOLUTOS E EM NÚMEROS RELATIVOS TAMBÉM, ESTÁ EM UMA POSIÇÃO BASTANTE PRIVILEGIADA (DE VACINAÇÃO)”

(31/3/2021, durante o anúncio da retomada do auxílio emergencial)

MENTIRA: Em números absolutos, o Brasil está em quinto lugar no ranking de vacinação, mas em números relativos (até 30/3) está na 73ª posição, com apenas 8,57 doses por 100 habitantes.

“RIO GRANDE DO NORTE — (DOSES DE VACINA) ENTREGUES PELO GOVERNO FEDERAL: 536.640.”

(28/3/2021, no perfil de Bolsonaro no Telegram)

MENTIRA: Checagem feita pelo site Aos Fatos junto ao Localiza SUS mostra é falso que governo federal tenha enviado 536.640 doses da vacina contra a covid-19 ao Rio Grande do Norte. Na verdade, foram 328.346 doses até o dia 27 de março. O número divulgado pelo presidente é 63,4% maior do que o verdadeiro.

“DESDE O COMEÇO, EU DISSE QUE TÍNHAMOS DOIS GRANDES DESAFIOS: O VÍRUS E O DESEMPREGO”

(23/3/2021, em pronunciamento em cadeia nacional de rádio e TV)

MENTIRA: Desde março do ano passado, Bolsonaro tem dado tratamento diferenciado às duas questões, minimizando reiteradamente a pandemia. Chamou a covid-19 de “gripezinha” e disse que medidas de isolamento seriam para “os fracos”.

“SEMPRE AFIRMEI QUE ADOTARÍAMOS QUALQUER VACINA, DESDE QUE APROVADA PELA ANVISA. E ASSIM FOI FEITO”

(23/3/2021, em pronunciamento em cadeia nacional de rádio e TV)

MENTIRA: Em outubro do ano passado, Bolsonaro desautorizou publicamente o então ministro da Saúde, Eduardo Pazuello, e negou que o governo federal compraria doses da Coronavac. Ele também colocou entraves à aquisição da vacina da Pfizer, que tentou negociar com o governo desde agosto de 2020.

“(TOQUE DE RECOLHER) É ESTADO DE DEFESA, ESTADO DE SÍTIO, QUE SÓ UMA PESSOA PODE DECRETAR: EU.”

(18/3/2021, na Live de quinta-feira do presidente no Youtube)

MENTIRA: Como medida sanitária, o toque de recolher não tem nada a ver com estado de sítio ou de defesa. Decretado por governadores e prefeitos, ele é uma medida de enfrentamento à pandemia prevista na Lei nº 13.979/2020. Por decisão do STF, essas ações não precisam de aprovação da União.

“(O AUXÍLIO EMERGENCIAL) É O MAIOR... FOI... É, AINDA. O MAIOR PROJETO SOCIAL DO MUNDO.”

(18/3/2021, na Live de quinta-feira do presidente no Youtube)

MENTIRA: Outros países adotaram programas semelhantes de auxílio à população na pandemia com valores superiores aos do Brasil. Estudo feito em maio de 2020 pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) mostra, por exemplo, que o Canadá transferiu o equivalente a R\$ 7.800 por mês, durante até quatro meses, para quem foi afetado pela pandemia. Nos Estados Unidos, quem teve renda inferior a US\$ 75 mil por ano recebeu, em abril, US\$ 1.200 (cerca de R\$ 6.400).

“A DONA OLINDA (MÃE DE BOLSONARO) SE VACINOU COM A OXFORD.”

(11/3/2021, na Live de quinta-feira do presidente no Youtube)

MENTIRA: De acordo com a Prefeitura de Eldorado (SP), Olinda Bolsonaro, de 93 anos, foi vacinada com a Coronavac, vacina produzida pela farmacêutica chinesa Sinovac em parceria com o Instituto Butantan. Ela recebeu a primeira dose 12 de fevereiro e a segunda em 8 de março.

“NÓS ESTAMOS JÁ HÁ UM ANO DE LOCKDOWN E O VÍRUS CONTINUA AÍ.”

(11/3/2021, na Live de quinta-feira do presidente no Youtube)

MENTIRA: Nunca houve no Brasil um lockdown em âmbito nacional. O governo federal, ao contrário, emitiu ao menos três decretos em 2020 que ampliaram a lista de atividades consideradas essenciais e provocaram o aumento na circulação de pessoas. As aglomerações, sempre estimuladas por Bolsonaro, só não foram maiores porque, em abril, o STF decidiu que governadores e prefeitos tinham autonomia para definir regras sobre isolamento sem o aval federal.

“SEGUNDO DECISÃO DO STF, AO GOVERNO FEDERAL COUBE BASICAMENTE ENVIO DE RECURSOS E MEIOS PARA QUE A SAÚDE FOSSE ATENDIDA EM ESTADOS E MUNICÍPIOS.”

(10/3/2021, em entrevista à CNN Brasil)

MENTIRA: A decisão do STF em abril apenas definiu que estados e municípios tinham autonomia para definir regras de isolamento social sem o aval do governo federal. Mas não eximiu a União de combater a pandemia. Bolsonaro vem repetindo essa mentira em várias ocasiões para justificar a inação de seu governo no enfrentamento à covid-19.

“SE NÃO FAZ MAL HIDROXICLOROQUINA, IVERMECTINA, POR QUE QUE NÃO TOMA?”

(8/3/2021, em entrevista ao canal Foco do Brasil no Youtube)

MENTIRA: Os dois medicamentos do chamado “tratamento precoce” defendidos por Bolsonaro e seu ex-ministro da Saúde, general Eduardo Pazuello, além de não serem eficazes no combate à covid-19, podem causar sérios efeitos colaterais. A hidroxicloroquina pode causar problemas em pacientes com doenças hepáticas, renais ou cardíacas, entre outras.